



TRAJETÓRIAS FEMININAS NA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA (1879-1949)

Iole Macedo Vanin¹

Lina Maria Brandão de Aras²

Resumo: O artigo trata da análise de trajetórias discentes na Faculdade de Medicina da Bahia, nos anos de 1879 a 1949, quando foram identificadas aquelas formadas em medicina, odontologia e farmácia. A discussão se pauta nos estudos de gênero, na inserção das mulheres no curso superior no Brasil na área de formação em saúde e seus vínculos profissionais na sociedade baiana. Busca, ainda, discutir a inserção da mulher no mercado de trabalho a partir da conclusão de curso superior.

Palavras-Chave: Ensino; Gênero; Profissões; Mulheres.

WOMEN'S PATHS AT THE MEDICAL COLLEGE OF BAHIA (1879-1949)

Abstract: The paper discusses the students' trajectories in the Medical College of Bahia, in the years 1879-1949, when were identified those women formed in medicine, dentistry and pharmacy. The discussion is based on gender studies, the inclusion of women in higher education in Brazil in the health area and their professional ties in Bahian society. It also aims to discuss the inclusion of women in the labor market from the conclusion of college.

Key-words: Education; Gender; Professions; Women.

TRAJECTOIRES FEMININS À LA FACULTÉ DE MÉDECINE DE BAHIA (1879-1949)

Résumé: L'article traite de l'analyse des trajectoires d'étudiants à la Faculdade de Medicina da Bahia, en 1879 à 1949, quand elles ont identifiées ceux qui sont formés en médecine, médecine dentaire et pharmacie. La discussion basée sur des études de genre, l'insertion des femmes dans l'enseignement supérieur au Brésil dans le domaine de la formation en santé et leurs attaches professionnelles dans la société de Bahia. Recherche traitent aussi de l'insertion des femmes au marché du travail, de l'achèvement de l'enseignement supérieur.

Mots-clés: Éducation; Genre; Professions; Femmes.

TRAYECTÓRIAS FEMENINAS EN LA FACULTAD DE MEDICINA DE LA BAHIA (1879-1949)

Resumen: El artículo se trata de un análisis de trayectorias discentes en la Facultad de Medicina de la Bahia, en los años de 1879 hasta 1949, cuando fueron identificadas aquellas formadas en

¹ Professora da FFCH/UFBA, mestrado e doutorado em História. Professora do PPGNEIM/UFBA e pesquisadora vinculada ao NEIM/UFBA.

² Professora da FFCH/UFBA, mestrado e doutorado em História. Professora do PPGH e PPGNEIM/UFBA.



medicina, odontología y farmacia. La discusión se pauta en los estudios de género, en la inserción de las mujeres en el curso superior en Brasil en la área de formación en salud y sus vínculos profesionales en la sociedad bahiana. Aun se busca, discutir la inserción en el mercado de trabajo a partir de la conclusión del curso superior.

Palabras claves. Enseñanza, Género, Profesiones, Mujeres.

INTRODUÇÃO

O estudo do corpo discente feminino que compôs a Faculdade de Medicina da Bahia, no período compreendido entre 1870 – 1949, busca evidenciar as trajetórias dessas personagens nos cursos de medicina, farmácia e odontologia. As informações coletadas foram compostas a partir de fragmentos de experiências, inclusive porque a Faculdade de Medicina foi um reduto masculino até 1843, quando se diplomou a primeira parteira.³ O curso de parteira não possuía o mesmo *status* do de Medicina e de Farmácia que continuam reservados aos homens até a década de setenta do século XIX, quando foi concedido o título de *Cirurgião-Dentista prática* a Balbina Rosa de Souza, em 11 de novembro de 1879, poucos meses após a criação do curso de odontologia e da obtenção do direito feminino de frequentar instituições de ensino superior no Brasil, bem como de validarem os títulos obtidos em instituições estrangeiras.

O curso de cirurgia dentaria (odontologia) antes das Reformas Leôncio de Carvalho e Sabóia, não existia no Brasil, apesar de ser facultado aos dentistas formados no exterior, a partir do Decreto de 14 de maio de 1856, exercer a profissão após a verificação do diploma por meio de exame que exigia conhecimentos sobre: a) Anatomia, Fisiologia, Patologia e anomalias dos dentes, gengivas e arcadas alveolares; b) Higiene e Terapêutica dos dentes; c) descrição dos instrumentos que compõem o arsenal cirúrgico de dentista; d) teoria e prática da sua aplicação; e) meios de confeccionar as peças de prótese e ortopedia dentária (SANTOS FILHO, 1991b, p. 97-98). Esses conteúdos passam a ser exigidos no currículo de Cirurgia Dentária a partir de 1879 como se verifica nos artigos que versam sobre o referido curso, tanto na Lei 7.247 como no Decreto n. 9311.⁴

³ Sobre a discussão do curso de parteiras no Brasil, cf.: Barreto (1999) e Souza (1998).

⁴ § 7º O curso de odontologia constará das seguintes matérias: Pysica elementar. Chimica mineral elementar. Anatomia descriptiva da cabeça. Histologia dentária. Pathologia dentaria. Therapeutica dentaria. Medicina operatória. Cirurgia dentaria. (GAZETA MEDICA, 1879, p. 212). Do curso de



O curso de Cirurgia Dentária era composto por 08 (oito) matérias, distribuídas em 03 (três) séries, o que equivale a três anos, a formatura de Balbina Rosa de Souza, obtendo o título de Cirurgiã Dentista, em 1879, sugere alguns questionamentos: teria ela estudado fora do país, a exemplo de muitas mulheres, e, em 1879, teria dado entrada no pedido de verificação do diploma, sendo aprovada? Teria tido acesso aos conteúdos do curso e sido beneficiada pelo disposto no artigo 24, §20, da Lei 7.247, que permitia a inscrição “de matricula ou de exame aos indivíduos do sexo feminino” dos cursos das faculdades de medicina? As respostas a estes questionamentos podem levar a duas trajetórias distintas.

O primeiro caminho faz supor que ela teria se formado no exterior e, após 1879, passou a atuar profissionalmente no Brasil, após ter realizado o exame de validação do diploma. Outras mulheres pediram a validação do curso feito no exterior, a exemplo da parteira Aurora das Dores Leitão e da médica Anna Torrão Machado. Aurora das Dores Leitão, portuguesa, nascida em Lisboa, parteira formada em 1897, na *Escola Médico-Cirurgica de Lisboa*, foi habilitada a exercer a profissão no Brasil pela Faculdade de Medicina do Brasil, em 1900. Anna Torrão Machado era brasileira, formou-se nos Estados Unidos da América e foi habilitada pela Faculdade de Medicina da Bahia em 28 de janeiro de 1892, conforme consta no registro de apostilamento do seu diploma.

Registro da apostilla da Dr^a Anna T. Machado.

Considerada habilitada ao exercício da profissão nos Estados Unidos do Brazil, na forma dos Estatutos das Faculdades de Medicina da Republica. Bahia e Faculdade de Medicina 28 de janeiro de 1892. O director da Faculdade Dr. Antonio Cerqueira Pinto. O secretario Dr. Alessandro (?) dos Reis Meirelles Pinto. N^o 2 R\$ 200\$000. Pagou duzentos mil reis de sello. Alfândega da Bahia, 28 de janeiro de 1892. (LIVRO DE REGISTRO..., 1890/1897, p.31/32).

Além do Livro de Registro de Diploma (1890/1897), Anna Torrão Machado teve o seu nome registrado no Índice dos Graduados (1808/1939), onde consta o local onde obteve a graduação em Medicina: *Collegio Medico de New York*. O mesmo ocorreu com Aurora das Dores Leitão, mas o registro não constou junto ao nome de Balbina

odontologia – Art. 9^o Das matérias deste curso haverá três series: 1^a serie – Física, química mineral, anatomia descritiva e topografia da cabeça. 2^a série – Histologia dentária, fisiologia dentária, patologia dentária e higiene da boca. 3^a série – Terapêutica dentária, cirurgia e prótese dentárias. (DECRETO 9311, de 25 de outubro de 1884) <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9311-25-outubro-1884-545070-publicacaooriginal-56989-pe.html>



Rosa de Souza. Esta última, portanto, não estudou no exterior como as outras duas, mas teve acesso aos conhecimentos necessários para obter a sua carta de cirurgiã dentista prática no local onde nasceu: a Bahia e requereu o título de prático, o que permitia a atuação profissional sem ter que cursar a faculdade. Para tanto, bastava submeter-se aos exames – teóricos e práticos – perante uma banca especializada.

Sobre as formas de preparação para realizar estas avaliações, sobretudo as que remontavam a destreza prática, era comum as aulas particulares com profissionais experientes. A contratação era uma possibilidade, assim como o convívio direto com o cotidiano destas profissões era uma alternativa possível, uma vez que não podemos esquecer que em algumas profissões, ainda era comum à formação por meio da relação mestre-aprendiz.

O diploma de prático, que comprovassem os conhecimentos em odontologia e farmácia foi mantido pela Reforma Leôncio de Carvalho, o que permitiu a essas mulheres realizarem os exames de verificação, além da matrícula nos cursos e, se aprovadas, terem o título de cirurgiã dentista. O parágrafo 20, juntamente com outros artigos da referida Reforma, passou a ter aplicação imediata, não necessitando de regulamentação como o restante dos artigos da reforma, conforme o aviso do próprio ministro do Império, publicado em 21 de maio de 1879, no jornal *O Monitor*, oito dias após o acontecido: 29 de maio de 1879⁵, na mesma data em que o requerimento de Balbina Rosa de Souza foi dirigido à Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia e deferido.⁶

Os exames, regidos pelo Decreto de 14 de maio de 1856, exigiam dos candidatos conhecimentos práticos e os que não comprovassem competências para o exercício profissional eram reprovados, como registra o *Diário de Notícias*, de 22 de abril de 1880: “foram reprovados os dois moços que hoje na Faculdade fizeram exame para dentista.” (DIÁRIO..., 1880). Não eram raros os casos de reprovação, provavelmente por falta de conhecimentos, sejam teóricos ou práticos, pois era estabelecido um prazo mínimo para que os reprovados voltassem a fazer os exames, quicá este intervalo de

⁵ Segundo **O Monitor**, dentre outras informações: “Reforma da Instrução – por avisos do dia 21 determinou o Sr. Ministro do Império, de conformidade com a 2ª parte do art. 28 do decreto n. 7.247 de 19 de abril último, que tivessem execução desde já, por não dependerem de regulamento, as seguintes disposições do mesmo decreto: (...). O art. 24 §20, que permite a inscrição de matrícula ou de exame aos indivíduos do sexo feminino. (...)” (O MONITOR, 29/01/1879, p. 1).

⁶ “A congregação deferiu os requerimentos de Juvêncio Jose de Rezende e D. Balbina Rosa de Souza em que pedião para fazer exame de dentistas e nomeu por escrutínio secreto os Drº Moura, Barão e Freitas para examinadores.” (SESSÃO DA CONGREGAÇÃO..., 29/05/1879).



tempo permitiria a busca de preparação adequada para os exames, e o que deixa entrever a já mencionada ata da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia ao mencionar recebimento de correspondência da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro informando que três candidatos haviam feito os exames para dentista e haviam sido reprovados.⁷

Entre maio e novembro de 1879, Balbina Rosa de Souza prestou os exames necessários, fazendo parte do conjunto de dez dentistas formados naquele ano, conforme registrado nas Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia do ano de 1879. Sobre o curso de Odontologia foi mencionado somente os nomes das pessoas que obtiveram o título de dentista, que aparecem após a breve afirmação de que “durante o decurso do anno obtiveram o titulo de dentista 10 indivíduos.” (Mello, 1880, p. 6)

As possibilidades para que as pessoas se preparassem por conta própria para realizarem os exames de verificação, explica parte das indagações sobre o processo de formação desta dentista, pois é uma alternativa para que ela tivesse acesso aos conhecimentos teóricos da sua profissão. Em Salvador não era rara a venda de livros relacionados à área de saúde, que podiam ser encontrados tanto em gráficas como em livrarias. Nos jornais foram localizados vários anúncios de venda de livros nacionais e estrangeiros destinados aos profissionais da área médica.

Os títulos das publicações referentes às disciplinas médicas estavam a disposição do público leitor, este último podendo ser constituído tanto pelos estudantes como por pessoas que não frequentavam os cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, mas que se interessavam pela área de conhecimento em questão. Considerando a facilidade de acesso aos livros técnicos e a educação feminina, tanto as dos colégios como a realizada por preceptores particulares⁸, era comum o ensino do francês, não parece inviável que Balbina Rosa tenha adquirido livros, de autores como A. Richet, Malaguti e Fort, cujas

⁷ Offício de 17 do corrente, do Diretor da Faculdade da corte comunicando que forão reprovados os dentistas Fernando S’Avily Carvalho, Miguel Perreira Nunes; (...) Adolfo M. de Mattos e Julio de Faria Paiva, aos quais foi marcado o prazo de um anno para novo exame. (SESSÃO DA CONGREGAÇÃO...,29/05/1879).

⁸ No século XIX era comum a “educação domestica”, realizada em casa a partir da contratação de preceptoras, principalmente estrangeiras. Rago (2005, p. 79) e Leite (1997, p. 48-49 e 85-86) atestam a existência dessa modalidade de educação para as moças de famílias baianas abastadas, tanto no Império como nas primeiras décadas da República. É provável que Balbina Rosa tenha tido esse tipo de educação, pois a maneira como ela foi mencionada na ata da sessão da Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia, que julga o seu requerimento, indica que pertencia a uma família de posses: o título de “Dona” que precede o seu nome. Barman (2005), em sua biografia sobre a Princesa Isabel, ao contextualizar as relações de gênero no século XIX afirma que o distintivo “Dona” não significava estado civil e sim um predicado da posição social.



obras são respectivamente *Traité d' Anatomie Pratique*, *Chinie minerale et organique*, *Anatomie*, que lhes possibilitaram os conhecimentos teóricos necessários para que esta realizasse com sucesso o exame de verificação.

Permanecem, no entanto, interrogações sobre os conhecimentos práticos necessários para a realização do exame e as respostas para as mesmas continuam imersas na nebulosidade que envolve as experiências femininas cujos registros ou vestígios não se encontram ao alcance dos (as) pesquisadores (as). Uma questão que se apresenta e que reforça esta hipótese é o fato das mulheres assumirem as atividades comerciais e econômicas dos seus pais ou maridos por ocasião da falta destes.⁹

Ao analisar a trajetória de Francisca Prager Fróes, Rago (2005) dedica-se ao estudo das experiências da progenitora da referida médica baiana. Francisca Rosa Barreto Prager que, com a morte do pai e do irmão, juntamente com a mãe teve que administrar os bens familiares: “herdeiras de terras, dos escravos e de uma fábrica localizada no mesmo local, tiveram de assumir, de modo inesperado, a administração dos negócios da família.” (Rago, 2005, p. 46).

Ao situar as experiências de Francisca Rosa no contexto baiano, Rago (2005) afirma que não era tão raro o fato de mulheres assumirem a gestão de bens familiares na ausência de um membro masculino da família, ou ainda na incapacidade deste em fazê-lo: “A perda ou a ausência do *pater familia* – ou, na falta deste, do primogênito – acarretava, em muitos casos, mudanças significativas na condição feminina. Temos notícia de que, na região do Recôncavo Baiano, muitas mulheres tiveram acesso à posição de mando, levadas pelas condições de viúvas, ou mesmo em consequência da ausência prolongada do marido. (Rago, 2005, p. 47)”.

Os conhecimentos para realizar as atividades profissionais foram adquiridos a partir do convívio das mesmas com algum profissional experiente. Quando chegou o momento de unir as pontas das linhas fecham-se os elos sobre o pedido de exame para obtenção do título de cirurgiã dentista feito por Balbina Rosa de Souza, indicando que o convívio com as atividades profissionais de um cirurgião dentista, provavelmente seu pai e/ou irmão, no caso de Balbina, a mesma era solteira por ocasião do exame na Faculdade de Medicina da Bahia, não sendo indicada, neste caso, os seus vínculos familiares com a profissão.

⁹ Ver: Maria Odília Dias (1995), Andréa Lisly Gonçalves (2006) e Silmária Brandão (2007).



A partir do final do século XIX, a convivência com as atividades profissionais dos pais e/ou irmãos passou a influenciar a escolha profissional de algumas odontólogas, farmacêuticas e médicas formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia e possibilitou a experiência profissional (saberes e práticas) e uma atuação enquanto leiga, o que lhes garantiria o sustento na ausência de um provedor. A atuação para aqueles que não tinham as cartas de registro profissional era difícil e conturbada, a isto se soma o fato de uma mulher exercer uma atividade que esperava do seu executor coragem e mão cruel. Ao se movimentar entre o tratamento destinado aos que não possuíam uma carta profissional e as idéias acerca de uma mulher dentista, enfrentando os reveses entre o “proibido” e o “permitido”, Balbina encontrou na Reforma Leôncio de Carvalho o amparo legal necessário para a sua profissão, a exemplo das médicas e das farmacêuticas.

Desta forma é compreensível que Balbina Rosa de Souza buscasse a legitimação da sua escolha profissional por meio da obtenção da carta de prática em cirurgia dentária, fornecida pela Faculdade de Medicina da Bahia, uma vez que não podemos ignorar as várias vozes femininas que nos falam de um cotidiano complexo e dinâmico, cujas tramas formadas pelas estratégias, permutas, acordos, embates, sutilezas masculinas e femininas, chegam até nós por meio de pequenos vestígios e expressam o quanto era frágil a linha entre o “permitido” e o “não permitido”, o “possível” e o “não possível”, e, principalmente, a mobilidade dos indivíduos entre estes dois campos. Enfim, no dia 11 de novembro de 1879, Balbina teve a sua carta de odontóloga registrada pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Registro da carta de D. Balbina Rosa de Sousa.

Império do Brasil, Diploma de Dentista. A Faculdade de Medicina da Cidade da Bahia considerando que a s[enho]ra D [ona] Balbina Rosa de Sousa natural da Bahia, filha de Luis Soares de Sousa nascida no dia 2 de dezembro de 1843, foi examinada e aprovada na arte de dentista lhe mandou passar este titulo, com o qual gozará das prerrogativas que as Leis do Império outorgão (...) de sua profissão. Eu o D[outo]r Itamar de Aquino Gaspar, secretario interino da mesma Faculdade, o subscrevi: Bahia 11 de novembro de 1879. O vice Diretor da Faculdade, D[outo]r Francisco Rodrigues da Silva. O Secretario Interino da Faculdade D[outo]r Itamar de Aquino Gaspar. N[umer]o 570 (...) pagou dois mil réis de emolumentos. Recebedoria da Bahia 11 de novembro de 1879. Daltro Araújo n[umer]o 8 (...) Pagou dois mil réis de sello. Recebedoria da Bahia 11 de novembro de 1879. Daltro Araújo. (Sessão da Congregação, de 11 de novembro de 1879)



Saffioti (1969, p. 215) afirma que somente em 1881 “registrar-se-ia a primeira matrícula feminina em um curso superior”. Ela se refere a Ambrosina de Magalhães que se matriculou no curso de Medicina da Faculdade do Rio de Janeiro, mas que cursou os três primeiros anos, não concluindo o curso. Alias, ao mencionar a inserção das mulheres nos cursos superiores, no século XIX, só se considerou o de Medicina. Os cursos de Farmácia e Odontologia foram relegados às margens, como já afirmado, mesmo sendo nesta última profissão, cujo exercício legal dependia de diploma expedido pelas Faculdades de Medicina, onde encontraremos a participação feminina antes da Reforma Leôncio de Carvalho.

Entre a Reforma Leôncio de Carvalho e a separação dos cursos de Farmácia e de Odontologia da Faculdade de Medicina da Bahia, temos o registro da presença de 412 (quatrocentos e doze) mulheres que concluíram os cursos superiores oferecidos pela Faculdade de Medicina da Bahia. Um número insignificante se comparado ao total de médicas e dentistas formadas nos Estados Unidos, onde em três décadas (1870, 1890, 1899) foram formadas 12.553 (doze mil quinhentos e cinquenta e três) profissionais da área de saúde (dentistas e médicas), aumentado para 13.237 (treze mil duzentos e trinta e sete) se considerarmos as legistas; enquanto que na Faculdade de Medicina da Bahia no mesmo período (1870 a 1899) formaram-se 09 (nove) profissionais da área médica (farmacêuticas, odontólogas e médicas).

Confirmando-se neste intervalo a predominância de escolhas pela medicina em detrimento da opção, estratégicas ou não, pelos cursos de farmácia e odontologia como se confirma ao verificar os números por curso de forma isolada: Medicina (06); Farmácia (02); Odontologia (01). As médicas foram às únicas lembradas pela Gazeta Médica da Bahia, no início do século XX, quando apresentou uma relação das mulheres formadas pela Faculdade de Medicina da Bahia. Farmacêuticas e Odontólogas foram silenciadas, reforçando a ideia de que essas profissionais ocupavam espaço secundário dentro da própria Faculdade de Medicina da Bahia.

A invisibilidade destas profissionais foi causada pela hierarquia, onde os médicos se consideravam no topo da pirâmide formada pelos profissionais que atuavam na área de saúde. Fonseca (1893) evidenciou o fato dos cursos de Farmácia e Odontologia não terem o mesmo prestígio do de Medicina. O pouco prestígio da Odontologia devia-se ao fato deste ser uma arte manual e que se ligava ao mundo das coisas tidas como impuras. Carvalho (2003), ao estudar a instituição da odontologia no



Brasil, fez as mesmas observações que Figueiredo além de acrescentar que, na escala de prestígio, o dentista e, depois, o cirurgião dentista ficava em último grau em relação à Farmácia e Medicina. (Carvalho, 2003, p. 104). O *status* da cirurgia dentária era devido ao tipo de ofício, manual e envolvendo sangue; o de farmácia por causa da sua identificação como uma arte complementar à medicina na preparação dos medicamentos, coloca-se e, patamar superior a odontologia.

A separação da arte de curar iniciou-se a partir do século VIII, quando os médicos começaram a comprar os remédios de que necessitavam em vez de prepará-los. Esse imaginário justifica o ingresso da presença feminina sem muitas resistências, como não aconteceu com a medicina, pois como afirma Schiebinger (2004, p. 346): “Não se surpreende que a botânica fosse considerada apta para as mulheres, pois – como a farmácia [grifo nosso] – estava estreitamente unida (e delas haviam se originado) à cura por meio de ervas e a jardinagem, terrenos a que as mulheres se dedicavam há muito tempo”.

O imaginário acerca da posição menor da odontologia e da farmácia persistiu no Brasil do século XIX. Maria Aparecida Pourchet Campos (1966), baseada nas legislações e em registro sobre o ensino dessa ciência a partir de 1832, indica que devido ao fato deste ser um curso tido como preparatório para o de Medicina, o Decreto 849, de 31 de maio de 1856, permitiu aos discentes do segundo ano de Farmácia efetuar matrícula no curso de Medicina. (Campos, 1966, p. 24) Os Decretos que se seguiram até o de 1891, não apresentaram grandes mudanças na estrutura do ensino de farmácia. O que sugere que esta tenha sido a brecha que Gláfira Corina de Araújo utilizou para se formar em Medicina após seis meses de se graduar em farmacêutica.

A visão hierarquizada das profissões perpassou a redação do artigo da Gazeta Médica da Bahia, onde nem mesmo a dupla graduação de Gláfira Corina de Araújo – primeiramente em farmácia em outubro de 1892, apesar de no mesmo ano graduar-se também em medicina – foi mencionada, reforçando a hierarquia existente entre os vários cursos baianos da área biomédica que pode ser analisada, ainda, por uma ótica de gênero na medida em que se identificam as concentrações femininas em cada curso, relacionando-as com as representações construídas acerca de cada um deles.

As práticas setorializadas da medicina em relação à farmácia e odontologia somada a uma compreensão sexista de ciência produziram no interior da Faculdade de Medicina da Bahia a segregação territorial. Eulália Sedeño (2001) ao analisar de que forma as



concepções de gênero estão imbricadas na constituição das instituições que se dedicam ao fazer científico, ao longo da história da ciência, elabora os conceitos de *discriminação territorial e hierárquica* para explicar tal fenômeno.

Schiebinger (2001), por sua vez, constata no contexto norte-americano, as mesmas características apontadas por Sedeño para o europeu. Há, no entanto, algumas diferenças entre estas duas autoras: a terminologia que Schiebinger (2001, p. 76-77) utiliza é diferente da de Eulália Sedeño (2001), apesar de o conceito ser o mesmo: uma utiliza “segregação”; a outra, “discriminação” para esse mesmo fenômeno.

A aplicação destes conceitos se justifica quando é o caminho para explicar a presença feminina nos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, pois a partir daí é possível ver além do número crescente de mulheres naquela instituição, o que, de forma simplista, levaria a uma interpretação de que o crescente processo de feminização dos seus cursos significou uma ruptura do mundo masculino da biomedicina na Bahia. Todavia, é necessário verificar os valores sociais atribuídos a estes cursos ou mesmo às especializações dentro da área de saber.

A partir do uso metodológico do quantitativo e qualitativo (Poncela, 1998, p.167), a presença feminina nos cursos de Medicina, Farmácia e Odontologia ganham outro sentido e caracterizam a exclusão das mulheres nas instituições responsáveis pela produção formal dos saberes, bem como o exercício profissional daí resultante, “não se efectua mais pela limitação no ingresso, mas pela transferência a seu interior” (Vallejos et al, 2003, p. 288). A exclusão evidenciada pela proibição de acesso às universidades não deixou de existir no momento em que as mulheres adentram este espaço, ela apenas muda de direção, na medida em que a exclusão se fez presente no interior deste espaço com a criação de espaços reservados às mulheres.

Assim, a segregação territorial e hierárquica, são os aspectos visíveis da performance da exclusão feminina na ciência e, na medida em que estavam presentes na estruturação do mundo biomédico baiano, indica que não ocorreu o rompimento da sua classificação como masculino, mas apenas o *acomodamento* da presença feminina no seu interior. Essa segregação se torna mais visível nos números de formadas em cada curso. O universo feminino, que freqüentou os cursos superiores da Faculdade de Medicina da Bahia, no período trabalhado, encontrou a sua maior representatividade no curso de Farmácia com um total de 168 (cento e sessenta e oito) formaturas femininas,



seguido por Odontologia, que fica em segundo lugar com um número de 160 (cento e sessenta), e por Medicina com um total de 84 (oitenta e quatro).

As representações de gênero da sociedade baiana do período estavam presentes na Faculdade de Medicina da Bahia e mesclavam-se com as imagens de cada curso, isto é perceptível nos dados coletados, onde nos cursos de Farmácia e Odontologia 76,09% do universo constituído entre 1879 e 1949, cuja dimensão equivale a 412 (quatrocentos e doze) mulheres. Essa não é uma característica exclusiva dos cursos da instituição baiana, a partir de 1930, no Brasil, ocorreu um progresso na formação superior feminina em áreas específicas como as ligadas ao magistério enquanto que nas áreas médicas havia uma concentração em Farmácia e Odontologia (Besse, 1999, p. 128-129).

Nas décadas de 1930 e 1940 também foram estabelecidos outros estereótipos de gênero, quando as mulheres, em sua maioria, dirigiam-se para as licenciaturas, das recém-criadas Faculdades de Filosofia, pois o ato de ensinar era compreendido como uma atividade própria para elas devido as suas características e funções “inatas”. Havia, no interior dessas instituições, uma hierarquia de gênero que estruturou desde a escolha pelos cursos, até mesmo as atividades desenvolvidas. Os homens que fizeram seus cursos na referida Faculdade, optavam por Filosofia, Química e Física, ou seja, “identificavam-se com os cursos da área das ciências, da pesquisa, da abstração, e as mulheres com os que levassem ao ensino, cuidar e a ajudar no crescimento do outro”. (Passos, 1999, p. 133).

No intervalo temporal das décadas de 1920 e 1940 encontramos um maior número de mulheres nos cursos de Farmácia e Odontologia. Situação que se estendeu para o Brasil, conforme os estudos de Besse (1999, p. 128-9) e Saffioti (1969, p. 234), para quem “a mulher não havia, realmente, penetrado nas escolas superiores, em números significativos, até 1930”.

A segregação territorial é notável e justificável ao se pensar que eram profissões a que se atribuíam relações com o feminino e de pouco prestígio desde o século XIX. A inserção das mulheres neste no espaço foi direcionada em sua grande maioria para áreas que possuíam identificação com o “ser feminino” – farmácia e enfermagem¹⁰ - ou de pouco prestígio como a odontologia. Esta foi uma conclusão a que chegou Saffioti (1969) ao procurar explicar a concentração no curso de Farmácia, em São Paulo, para as décadas de 1930 e 1940. (Saffioti, 1969, p. 233)

¹⁰ A atuação e formação feminina em enfermagem foi objeto de análise de Passos (1998).



As observações registradas por Saffioti (1969, p. 233) também foram realizadas por Hahner (2003, p. 198), que justificou a concentração feminina nos cursos de Farmácia e Odontologia afirmando que no primeiro era devido a perda de prestígio deste; no segundo, a cirurgia dentária, era porque “as mulheres podiam praticar em abandonar os serviços domésticos”. Os cursos mencionados não apresentavam discordâncias aparentes com os estereótipos femininos: um não tinha prestígio e estava relacionado com o mundo doméstico; o outro, não atrapalhava os desempenhos femininos na vida doméstica.

As explicações que apontam para a concentração da presença feminina nestes cursos estão ancoradas na Teoria da Complementaridade que continuou a atuar para além do início do século XIX e do acesso feminino à área biomédica, pois aquela “ensinava que alguns campos científicos eram mais adequados para as mulheres” (Schiebinger, 2004, p. 344). A segregação territorial como uma expressão da forma pela qual as concepções e relações entre gênero e ciência estruturaram os cursos nessa área, perpetuando a exclusão, não foi um fato isolado da Bahia e do Brasil, encontra-se presentes em outros países, ao longo do século XX.

É visível uma oscilação crescente do número de formaturas, sendo que a partir da década de 1930 ocorreu uma oscilação menor, chegando quase a uma constância em relação ao período posterior. Apesar da Reforma Leôncio (1879) permitir o acesso feminino nos cursos superiores, somente a partir do início do século seguinte é que se verifica um número expressivo de matrículas, o que suscitou a necessidade de refletir sobre o que teria incentivado um aumento na busca por estes cursos. Nesse período ocorreu a modernização das grandes cidades do país e a intensificação do movimento feminista, com a fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que dentre outras coisas dava prosseguimento às reivindicações por educação feminina.

Ao destacar que a capital soteropolitana “não se integrou de imediato nesse processo” de modernização por que passou outras localidades do Brasil, desde os finais do século XIX. Para Leite (1997, p. 74) este foi um empreendimento pensado pelas elites intelectuais, onde a educação era um dos pontos principais: “Qualquer possibilidade de mudança na sociedade estava associada à modificação da educação intelectual, moral e cívica, não das ‘massas ignorantes’, mas de todos aqueles empenhados em elevar-se ao mundo civilizado” (Leite, 1997, p. 75). Nesse projeto as mulheres continuavam nos papéis de mães e esposas, de moralizadoras da sociedade, e a



educação, inclusive a que possibilitava uma profissão, foi pensada e defendida com este intuito.

O exercício profissional de mulheres nas décadas intermediárias da primeira metade do século XX, foi também um assunto abordado por Almeida (1986) que, ao analisar o contexto de constituição da Federação Baiana pelo Progresso Feminino, apresentou uma comparação entre índices sobre a presença das baianas no setor terciário, que de quase 3% (três pontos percentuais), em 1920, aumentou para 15% (quinze pontos percentuais), em 1940. Apesar de indicar o aumento de quase 12% (doze pontos percentuais) em duas décadas, sinalizando que “a profissionalização da mulher e sua participação nas chamadas atividades produtivas era contudo inexpressivas no contexto da cidade, durante toda a primeira metade deste século” (Almeida M., 1986, p. 47). Essa autora relaciona o baixo percentual feminino ao fato de que “o desenvolvimento das relações de produção capitalistas, elemento incentivador e desencadeador desses processos no meio urbano, encontrava-se ainda num estágio incipiente e parecia não demandar tanto por braços femininos” (Almeida M., 1986, p. 47).

Nas notícias publicadas pelo jornal A Tarde, especificamente em 1917, e nas vozes de Maria Luiza Bittercourt, Lili Tosta e de Leda Ferraro foram encontrados indicativos do que teria ocasionado o aumento desses índices e o direcionamento, “no final da década de 40”, das mulheres de classe média e da elite, “de forma acentuada para atividades do setor terciário” (Almeida M., 1986, p. 47), facção do mercado de trabalho onde se encontravam as profissões liberais como medicina, farmácia e odontologia.

A feminista baiana entusiasmada como “a invasão victoriosa da mulher em todos os campos de actividade” (Bittencourt, 26/3/1931, p.2), afirmou que tal fato era reflexo do desenvolvimento das ideias feministas que já existiam na capital baiana e já estavam em atuação em Salvador desde a segunda metade do século XIX e tiveram um reforço a partir das primeiras décadas do XX como demonstram os artigos de Francisca Prager Fróes e, até mesmo, aqueles que, por serem contrários a essas idéias, negam a existência das reivindicações pelos direitos políticos. Por ocasião da apresentação do projeto do deputado Mauricio Lacerda que previa o voto feminino, o jornal A Tarde, diante dos constantes artigos, fruto de enquetes feitas de janeiro a julho de 1917 aos seus leitores



(as), chegou à conclusão, ao encerrar o plebiscito, de que na Bahia não havia adeptos ao feminismo.

A influencia das transformações de comportamento ocasionadas pelas guerras mundiais, sobretudo na Europa, encontra-se sinalizada por Rocha-Coutinho (1994) quando menciona a necessidade de mão-obra para substituir a masculina que foi captada para o combate, “as divisões entre os papéis masculinos e femininos, que incluíram o principio da mãe no lar, foram esquecidas e varias facilidades criadas (como creches e cantinas, por exemplo) para que elas melhor pudessem cumprir seus novos papéis profissionais” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 44). No período pós-guerra, as atividades domésticas (mães, esposas e donas de casa) foram novamente reafirmadas como próprias das mulheres, para que elas retornassem as suas funções tradicionais e cedessem os espaços no mercado do trabalho para os homens que retornavam, foram criadas intensas campanhas de valorização da “imagem estereotipada da boa mãe no lar” (Rocha-Coutinho, 1994, p. 95). A influência dos comportamentos femininos norte-americanos e europeus, nas décadas iniciais dos noventa, nos das brasileiras, sobretudo as de classe média e alta, foi frisada por June Hahner (2003) da seguinte forma:

As inovações culturais e tecnológicas que chegaram aos centros urbanos do Brasil no início do século XX afetaram as mulheres assim como os homens. Como seus parceiros homens, as mulheres das “famílias mais finas” encontravam-se e passavam seu tempo em casas de chá e teatros. Logo elas estariam dirigindo seus automóveis e indo ao cinema, onde tomavam contato com novas atitudes e modos de comportamento da mulher. As mulheres da elite tinham visitado muitas vezes a Europa, fazendo “freqüentes viagens com seus maridos, trazendo para casa as últimas novidades da moda, tanto no vestuário como na decoração de suas casas”. Além de voltar com os paramentos da modernidade e da moda, algumas mulheres também adquiriam novas idéias sobre atividades e direitos femininos. (Hahner, 2003, p. 248)

Os exercícios profissionais eram perpassados pela classe, associada à raça/etnia, ou seja, as mulheres das elites baianas não estavam ou não iriam exercer atividades não condizentes com a sua posição social. Elas se dirigiam para as profissões de prestígio que dessem ou sedimentassem o *status quo* e, por isso, optavam pelos cursos da Faculdade de Medicina da Bahia. Outro ângulo da questão se refere ao aumento da presença feminina nos referidos cursos, entre as décadas de 1920 e 1940, e deve ser problematizado: a atuação de grupos como a Federação Baiana pelo Progresso Feminino, primeiramente por meio da *União Universitária Feminina* e, depois, pela *Ala*



Moça, que tinha como um dos seus objetivos principais estimular a formação intelectual feminina.¹¹

Outra questão diz respeito ao provável estado civil das egressas, não se afirma que elas sejam casadas ou solteiras, essa é uma inferência que resulta da comparação entre o sobrenome da recém-formada com o do seu genitor. Neste período, usa-se o sobrenome do pai até o momento em que se contrai formalmente o matrimônio, após este se acrescenta o último sobrenome do esposo¹². Em alguns casos, nas margens da transcrição dos diplomas, havia a informação de que a graduada havia pedido a segunda via do diploma e solicitado que o seu sobrenome fosse modificado devido ao casamento.

Das que obtiveram diploma na Faculdade de Medicina da Bahia, no século XIX, nenhuma era casada. As médicas Francisca e Glafira casaram-se com colegas de profissão. Balbina Rosa casou-se também após ter o título de cirurgiã dentista e com uma idade em que, pelos padrões da época, já era considerada “solteirona”. A faixa etária obedece a uma ordem decrescente em relação à ordem crescente de mulheres nos cursos e do *status* de solteira delas. Balbina Rosa obteve aos 36 anos o título de dentista prática, em um curso que tinha o *status* de superior, as suas colegas de profissão, nas décadas de 1920 a 1940, concluíram o curso com uma variação etária¹³ de 20 (vinte) anos¹⁴. Essa foi uma característica também válida para a graduação em Farmácia e em Medicina essa variação foi de 24 (vinte e quatro) anos.

A ideia de que o casamento e os filhos fossem impedimentos para a formação profissional, além de que era preciso estar preparada para o futuro, contribuir para que os futuros maridos concluíssem os seus cursos ou, ainda, lhes fossem apresentados, o caminho a ser seguido, como ocupar-se com uma formação escolar, enquanto iam realizando os seus desejos de cursarem medicina, farmácia e odontologia; ao mesmo tempo em que se mostravam de acordo com o perfil de mulher moderna, para quem a inatividade era um aspecto negativo. (Besse, 1999, p. 143)

¹¹ A atuação da União Universitária Feminina e da Ala Moça, na Bahia, não foi ainda objetos de estudos aprofundados. Procurei, no entanto, no capítulo anterior explicitar as finalidades e algumas das formas de atuação dessas duas entidades.

¹² Antes da proclamação da República as mulheres podiam ou não usar o sobrenome do marido. Foi a partir de 1890 que o uso do sobrenome do esposo pela esposa foi incorporado pela legislação. (Rago, 2005, p. 104).

¹³ Esse número foi encontrado a partir da soma e divisão da menor e maior idade encontrada.

¹⁴ Em sua pesquisa sobre a presença feminina nas áreas de saúde, no período em questão, Mott (2008) chegou ao mesmo dado para a faixa etária das odontólogas formadas em São Paulo.



O fato de não estarem casadas até aquele momento e não terem no futuro, portanto, o suporte econômico necessário de um marido, associado, quiçá, a impossibilidade ou não desejarem permanecerem sob a proteção financeira de um irmão ou cunhado, fez com que as famílias vislumbrassem nas profissões que desejavam seguir como uma forma de garantir um futuro. Desta forma, permitiram que saíssem das suas cidades de origem para irem se “aventurar”, não sem controle, na Faculdade de Medicina da Bahia.

Nos registros do Memorial da Faculdade de Medicina da Bahia, para as décadas de 1930 e 1940, tornou-se perceptível a movimentação de mulheres de cidades do interior da Bahia e mesmo de outros estados que se dirigiam para a instituição baiana com o intuito de se graduar nos cursos superiores que esta oferecia. Por certo havia moças que não tinham parentes na capital baiana, o que poderia tornar difícil a sua permanência ao não se ter um local adequado, não colocando em dúvida as suas “virtudes”.

Essa foi uma das preocupações da *União Universitária* e, posteriormente, da *Ala Moça*, pois no cumprimento da sua finalidade em facilitar o acesso feminino ao ensino propõem a criação de uma “casa do estudante”, empreendimento liderado por Maria Luiza Doria Bittencourt e que contou com o apoio de vários jovens estudantes baianos, que receberam os agradecimentos de Maria Luiza por meio do artigo “Pela Casa do Estudante – um agradecimento”.

Agora moços colegas anies de um agradecimento, o jubilo intenso de encontrar irmanados na consecução de um ideal expressaria, se não tivesse a certeza delle partilhareis vendo erguer-se, padrão de gloria também vossa, à “Casa do Estudante Pobre”. Com a generosidade nata da juventude, batalhão sagrado com que Periclet (sic) creou a sua Athenas contei sempre nas batalhas em torno do ideal que aqui me trouxe, moça, estudante, patriota. (Bittencourt, DN, 11/04/1930, p.02)

Este seria um empreendimento que daria suporte a permanência de estudantes que se dirigiam a instituição baiana para obterem o grau de bacharéis em medicina, farmácia e odontologia.

Quando cruzamos às informações pertinentes à idade com o local de origem, surgem outras associações entre o grau de controle exercido sobre as estudantes pela família e a idade que possuíam ao ingressarem no ensino superior. A liberdade de negociação para fazer o curso provavelmente aumentava de acordo com a idade. Das



mulheres identificadas, cerca de 279 (duzentos e setenta e nove) eram baianas, que em sua grande maioria localizavam-se entre a faixa etária de 15 a 25 anos. A maioria das discentes de outros estados era do norte: Ceará (6), Sergipe (37), Alagoas (24), Maranhão (5), Piauí (4), Acre (1), Pernambuco (7), Amazonas (2), Mato Grosso (1), Rio Grande do Norte (1) e Pará (1). Fazem parte deste universo, ainda, sulistas (9) e estrangeiras (7).

As que estavam sozinhas tinham uma idade que variava entre 27 e 35 anos e, algumas delas, eram casadas. As com uma faixa etária entre 18 e 24 anos, com algumas exceções, tinham conterrâneas como colegas. Para ilustrar temos o exemplo de 05 (cinco) alagoanas na década de 1920; em 1922, a formatura de Aurélia de Oliveira, aos 32 (trinta e dois) anos em Odontologia; e, em 1923, a de Maria Octavia Plácido, aos 22 anos, em Farmácia; considerando-se que, nesse período, a formação em Odontologia tinha uma duração de 02 (dois) anos e a de Farmácia de 03 (três), Aurélia e Maria Octavia podem ter chegado juntas a instituição baiana.

O padrão se manteve para o final da década de 1920, quando outras 03 (três) alagoanas fizeram seus cursos: duas se formaram em Farmácia em 1927 e 1929, respectivamente aos 20 e 33 anos – Quitéria de Oliveira Lyra e Benedicta Lima Rocha de Menezes; e, a outra, em Medicina em 1928, aos 28 anos – Maria de Oliveira Rego. Na década de 1930, há exemplos de moças que aparentemente estavam sozinhas: em 1937, Maria Alves Ribeiro, oriunda de Pernambuco, concluiu o curso de Odontologia aos 26 anos; em 1938, há o registro da Russa Annita Uchitel, que aos 27 anos obteve o título de médica.

No início da década 1940 foi a vez da acreana Aracy Lopes Aguiar de Souza, possivelmente casada, tornar-se médica aos 28 anos. Pelos exemplos citados, verifica-se uma faixa etária maior em relação àquelas que explicitamente estavam acompanhadas. As exceções ficam para o caso de Odette Roselli, do Rio Grande do Norte, que sozinha frequentou a Faculdade de Medicina da Bahia e graduou-se em Cirurgiã Dentária aos 22 anos, no entanto, ela era casada.

A média etária do curso de medicina era de 24 (vinte quatro) anos, isto se deve ao fato de que no cálculo realizado a menor idade foi representada pela formatura de Gladys Browne Boia, que aos 18 anos formou-se em medicina, além do fator etário há um outro que a diferenciava de algumas estudantes: pertencia a *Ala Moça* da Federação Bahiana pelo Progresso Feminino e tinha como contemporânea uma colega a quem os



laços que as ligavam iam além do curso de medicina: Nair do Passo Cunha, integrante da Federação Baiana e que se formou, juntamente com Gladys, aos 24 anos.

Além das relações familiares que ligam algumas dessas moças, encontram-se também os laços políticos que as mantinham unidas, mesmo com aquelas que já haviam se graduado em anos anteriores. Apesar de Quitéria Lyra ter concluído a faculdade em 1927, ela mantinha contato com Nair e Gladys porque não retornou ao seu estado de origem e, principalmente, devido ao fato de ambas estavam vinculadas a União Universitária.

As mulheres transitavam, muitas iam e voltavam; outras permaneciam. Uma grande maioria teve contato com as reivindicações feministas, esta hipótese tem sua origem no momento em que se verifica que foram dos estados nordestinos que tinham filias da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, que saíram mais moças para os cursos da Faculdade de Medicina da Bahia, justamente no período de atuação da entidade feminista. Muitas jovens estudaram juntas e dentre elas ilustrativo é o caso de Maria do Carmo de Faro Franco, que se formou em Odontologia em 1944, aos 41 (quarenta e um) anos de idade. Apesar da sua idade, ela não estava sozinha; provavelmente metade do curso foi realizado tendo por companhia sua irmã, Maria do Faro Franco, mais nova duas décadas e que obteve o título em cirurgia dentária em 1942, aos 21 anos.

Formaram-se no mesmo ano de Maria (a irmã mais nova), outras três sergipanas que estavam na mesma faixa etária: 21 a 23 anos. Podemos supor que essas moças vieram juntas estudar odontologia; e que um dos motivos para se encontrarem sem parentes e terem a permissão das famílias foi o fato de que seriam assistidas por Maria do Carmo; uma vez que essa apesar de solteira, já havia passado do período em que as emoções e paixões dominavam os sentidos e levavam as jovens a cometerem atos impensados e indesejados para moças de “boa família”.

De mera “guardiã” da virtude da irmã mais nova e de suas colegas, a quem deveria acompanhar nas aulas do curso, Maria do Carmo passou a aluna; formando-se dois anos após sua irmã e conterrâneas. De certo, ela não se encontrava satisfeita com o seu papel de “irmã solteirona”, que cuidava dos irmãos mais novos em casa e, posteriormente, tendo até mesmo que ir para outro estado, para zelar pela irmã que fazia odontologia; e diante da perspectiva de se tornar futuramente apenas a “tia solteirona”, que cuidaria dos sobrinhos, vislumbrou uma oportunidade de ter uma alternativa



diferente das destinadas, mesmo na década de 1940, para as mulheres que não se casavam e não tinham meios de se auto-sustentar: cuidar dos filhos dos outros.

A medicina, farmácia e odontologia certamente podem ser incluídas no rol destas atividades, apesar do pequeno número de profissionais formadas e que exerceram a profissão, tanto nas décadas finas dos oitocentos como na primeira metade dos novecentos. O Almanak Administrativo, Indicativo e Noticioso do Estado da Bahia, publicado pela primeira vez no ano de 1897 por Antonio Alexandre Reis, permite a identificação de profissionais da área de saúde que atuavam na cidade e por meio do fornecimento de indicações acerca dos cenários de atuação destas profissionais, mas também na complementação de informações, para a construção do perfil destas alunas; um exemplo desta situação é o caso de Balbina Rosa.

O estado civil da dentista, indicado nas entrelinhas do texto de registro de sua carta profissional, foi confirmado alguns anos depois, precisamente 18 anos, nos Almanak Administrativo, Indicador e Noticioso do Estado da Bahia (Reis, 1897, 1898), que trazia informações relativas às casas comerciais, indústrias, horários de trens e valores das passagens, além de relação de médicos, advogados e dentistas dentre os quais encontramos anúncios de Balbina com o sobrenome Lopes.

Balbina Lopes, rua do palácio. (Reis, 1897)

D. Balbina Lopes, resid. Rua do Palácio, 13. (Reis, 1898, p. 476).

Ao comparamos os dois anúncios de Balbina publicados no Almanak, notaremos que o anúncio da segunda edição, 1898, traz um dado novo: Balbina atendia na sua residência, localizada em uma rua de vários consultórios odontológicos. A referida rua estava localizada na 1ª seção, a da Sé, conforme consta no registro de 148 lojas que pertenciam aos mais variados ramos do comércio, desde perfumaria até escritório de advocacia, taxados pela prefeitura, nos anos de 1886 e 1887. Esta era uma localidade onde havia uma concentração de estabelecimentos que ofereciam prestação de serviços na área de saúde: farmácia, consultórios médicos e odontológicos. (IMPOSTO DE..., 1886/1887). A própria Eleonor H. A. Santos possuiu na década anterior o seu consultório na interseção da rua do Palácio com a Travessa Nossa Senhora d'Ajuda.

Gabinete.
Medico e dentista.



D. Leonor H. A. Santos

A primeira dentista do Brazil

Rua do Palácio - antiga casa do Dr. Renaldy. Travessa de Nossa Senhora d'Ajuda. (A CHRYSALIDA..., 1879).

Balbina atuou na década de oitenta do XIX e no mesmo local, a casa n ° 13. Ela era vizinha de Henriquetta Cândida de Souza, farmacêutica responsável por estabelecimento situado na casa n ° 11, pavimento térreo. Como no anúncio que Balbina coloca no Almanak de 1897 deixa evidente que atendia em sua residência, daí supomos que o seu consultório ficaria no térreo e a sua casa no 1º andar. Uma combinação que não de todo estranha, haja vista alguns dos anúncios femininos que ofereciam serviços médicos e odontológicos, assim como não raro era a associação de duas atividades financeiro-profissionais no mesmo local como foi o caso do Barão de Itapuã e H. Pavie, que também podiam ter sido vizinhos de Balbina Rosa de Souza.

Nas linhas que constituem as relações do mundo biomédico da Bahia, há pontos de interseções entre diversas trajetórias ou experiências vividas em momentos específicos que apenas tangenciam levemente este estudo, como é o caso da casa número 26 da rua do Palácio, que nos últimos anos da década de 1880 abrigou respectivamente a clínica de saúde do Barão de Itapuã e o gabinete odontológico de H. Pavie, progenitor de Alice Pavie que na primeira década do século XX, precisamente 1908, se graduou em odontologia pela Faculdade de Medicina da Bahia.

Ao relacionarmos a escolha profissional de Alice e a atividade de seu genitor, uma nova característica soma-se ao perfil das nossas médicas, farmacêuticas e cirurgiãs dentistas. A escolha profissional não foi, para algumas delas, aleatória. A verificação da profissão dos genitores, informação obtidas nos Livros de Registro de Diplomas quando as mencionavam, como pelo cruzamento do sobrenome de algumas discentes com os de famílias proprietárias de estabelecimentos comerciais ligados a área de saúde, estes últimos obtidos nos anúncios de serviços médicos pesquisados e em alguns ofícios recebidos e expeditos pela Diretoria de Vigilância Sanitária da Bahia, na década de 1910.

Dos 279 (duzentos e setenta e nove) registros de diplomas de baianas encontrados, a profissão do genitor foi mencionada em 32 (trinta e um) casos, especificamente quando essa indicava o prestígio da família. Assim, temos apenas o registro de médicos, advogados, dentistas, engenheiros, capitães e professores.



Interessantes que das 18 (dezoitos) filhas de médicos somente 2 (duas) graduaram-se na mesma área do progenitor.

A maioria continuou na área de saúde, mas em farmácia (9) e odontologia (7): este é o caso de Eunice Martagão Gesteira, filha do médico Joaquim Martagão Gesteira, formada em Farmácia em 1929, e de suas irmãs Eurydice e Jennyee que se graduaram em odontologia no ano de 1935. Ao recuarmos duas décadas encontraremos o caso das irmãs Maria da Piedade e Maria da Conceição de Calazans, filhas de médico e que se formaram em 1910 em farmácia. O dr. Calazans era empresário do ramo farmacêutico, como mostra o anúncio publicado no Jornal Diário de Notícias.

Pharmacia e drogaria Calasans

Este antigo estabelecimento, fundado há 14 anos, acha-se actualmente transferido para o vasto, espaçoso e ventilado às ruas Formosa e dos Cobertos, n. 54, e sob a hábil gerencia do conhecido pharmaceutico sr. P. Jutuca. Continuando as suas honrosas tradiçções e o seu methodo de trabalho, esperam os seus proprietários dos clínicos e do público a protecção e a preferência que sempre lhes foram dispensadas. Tem um laboratório completamente dotado de todos os aparelhos e melhoramentos introduzidos na arte pharmaceutica. Esta casa continua a ser o deposito geral dos preparados do dr. Calasans, geralmente conhecidos e usados.

54 – Ruas Formosa e dos Cobertos – 54. (PHARMACIA..., 4/3/1895)

Nos quinze anos que separam o anúncio da formatura das irmãs, talvez o negócio tenha prosperado e suscitou a necessidade de membros da família com conhecimentos específicos nessa área de saber, que participassem ativamente do empreendimento.

Existiam, ainda, alunas baianas que seguiram a atividade profissional de seus pais: além Alice Pavie, em 1908, encontrei registros da farmacêutica Anna Ferraz Moreira no ano de 1933 e das odontólogas: Auta Cajado Leal, Maria de Góes Baptista dos Santos, Vanda Rabello Leite e Duse Eleonora Barbosa de Amorim¹⁵, que obtiveram seus títulos respectivamente em 1938, 1940, 1942 e 1944. A influencia da família em um ramo de atividade na escolha profissional das mulheres foi um aspecto caracterizador do processo de acesso dessas nas ciências pontuado por Londa Schiebinger (2004):

¹⁵ Duse se formou no mesmo ano que sua irmã: Maisa Cândida Barbosa Amorim. Maisa, no entanto, não seguiu a profissão do pai a exemplo de Duse, ela formou-se em medicina.



A química era outra ciência que se considerava especialmente apropriada para os talentos e a situação das mulheres. A autora britânica Maria Edgeworth enumerava as virtudes da química para as suas leitoras: “A química não é uma ciência de ostentação; oferece ocupação e uma infinita variedade; não exige força corporal, pode ser cultivada em uma vida reclusa; aplica-se de forma imediata a finalidades úteis e domésticas”. Deste modo se animava as mulheres para desenvolverem as ciências que tinham utilidade doméstica ou que fortaleciam a virtude moral. Se tratava também de campos nos quais já existia uma presença na família; a química, como a botânica, estava aliada com a farmácia e com a cozinha medicinal: terrenos bem conhecidos das mulheres. (Schiebinger, 2004, p. 345).¹⁶

Para algumas destas moças os motivos para justificarem o desejo de se formarem em médicas, farmacêuticas e odontólogas, não foram os mesmos para os rapazes uma vez que para eles a escolha por um dos cursos da faculdade de medicina era esperada e tida como natural. Assim, enquanto estas moças precisavam se justificar, os seus irmãos e primos, muitas delas fizeram o curso simultaneamente a um membro masculino da família. As escolhas pelos cursos e da formação recebida no interior da instituição baiana, bem como das relações ali estabelecidas entre rapazes e moças; evidenciando como as linhas de ação da ideologia patriarcal as delinearam, assim como demarcaram o exercício profissional dessas mulheres. Estas são reflexões construídas no capítulo que se segue.

FONTES

ARQUIVO DA FACULDADE DE MEDICINA DA BAHIA

Atas das Sessões da Congregação

Documentação Administrativa interna (comunicação) (1816/1930), Série II, Sub-série 1. Gazeta Médica da Bahia, 1879.

Inscrição nos exames preparatórios, nos concursos de Habilitação e nos cursos regulares de:

Livro Índice de Graduados (1808/1979).

Livros de Registro de Diplomas (1870-1949), Série II, Sub-série 13.

Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1879.

Medicina, Obstetrícia, Farmácia, Partejas, Odontologia, Enfermagem (1861/1970). Cx.: Série Didática, Sub-série 1.

¹⁶ Tradução livre de: “La química era otra ciencia que se consideraba especialmente apropiada para los talentos y la situación de las mujeres. La autora británica Maria Edgeworth enumeraba las virtudes de la química para sus lectoras: “la química no es una ciencia de ostentación; ofrece ocupación y una infinita variedad; no exige ninguna fuerza corporal, puede cultivarse en una vida retirada; se aplica de forma inmediata a finalidades útiles y domésticas”. De este modo se animaba a las mujeres a que disfrutaran como aficionadas de las ciencias que tenían una utilidad doméstica o fortalecían la virtud moral. Se trataba también de campos en los cuales había ya una presencia de la familia; la química, como la botánica, estaba aliada con la farmacia y con la cocina medicinal: terrenos bien conocidos de las mujeres” ().



Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1880.
Memórias da Faculdade de Medicina da Bahia, 1893
Registro de exames. Resultados (1816/1974), Série Didática, Sub-série 4.
Requerimentos (1905/1972), Série II, Sub-série 5.
Termos de colação de grau (1870/1951), Série II, Sub-série 13.

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA

O Monitor, 29/01/1879.
Diário de Notícias, 22/04/1880; 11/04/1930.
A Tarde (jan-jul de 1917)
Almanak Administrativo, Indicativo e Noticioso do Estado da Bahia (1897)
A CHRYSALIDA (1879)

LEGISLAÇÃO

Decreto n. 1764, de 14 de maio de 1856.
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1764-14-maio-1856-571247-publicacaooriginal-94339-pe.html>. Acessado em 30 de setembro de 2014.
Decreto 849, de 31 de maio de 1856. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-849-31-maio-1856-557965-norma-pl.html>. Acessado em 30 de setembro de 2014.
Decreto 93311, de 25 de outubro de 1884.
<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9311-25-outubro-1884-545070-publicacaooriginal-56989-pe.html>. Acessado em 28 de setembro de 2014.
Lei 7.247, de 19 de abril de 1978. <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-7247-19-abril-1879-547933-publicacaooriginal-62862-pe.html>. Acessado em 30 de setembro de 2014.

REFEÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Amélia F. de. *Feminismo na Bahia* (1930-1950). (Dissertação de Mestrado). Salvador: UFBA, 1986.

BARRETO, M. R. N. *Nascer na Bahia do século XIX*: Salvador (1832-1889). (Dissertação de Mestrado). Salvador: Universidade Federal da Bahia/Programa de Pós-Graduação em História, 2000.

BARMAN, R. J. *Princesa Isabel do Brasil: Gênero e Poder no século XIX*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

GONÇALVES, Andréa Lisly. *História & Gênero*. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

BESSE, S. K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil* (1914-1940). São Paulo: Edusp, 1999.

LEITE, M. M.da S. B. *Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Programa de Pós-graduação em História/Universidade Federal da Bahia, 1997.



DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder: São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

MOTT, M.T et. All. 'Moças e senhoras dentistas': formação, titulação e mercado de trabalho nas primeiras décadas da República. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Rio de Janeiro, v. 15, jun./2008.

BRANDÃO, Silmária Souza. *No lar e no balcão: as mulheres na praça comercial de Salvador (1850-1888)*. (Dissertação de Mestrado). Salvador: Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, 2007.

PASSOS, E.S. *Palcos e Platéias: As Representações de Gênero na Faculdade de Filosofia*. Salvador: NEIM, 1999.

PONCELA, A. M. F. Hilvanando palabras e cifras. Un ejemplo sobre política, mujeres e hombres. In.: BARTRA, E. (org.) *Debates en torno a una metodología feminista*. México (D.F.): UAM, 1998.

ROCHA-COUTINHO, M.L. *Tecendo por trás dos panos: a mulher brasileira nas relações familiares*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SOUZA, M. L. de B. M. de M. *Parto, parteiras e parturientes: Mme. Durocher e sua época*. (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo/ Departamento de História, 1998.

RAGO, E. J. *Feminismo e medicina na Bahia (1836-1931)*. (Tese de Doutorado). São Paulo: PUC-SP, 2005.

SAFFIOTI, H. I. B. *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Quatro Artes, 1969.

SANTOS FILHO, L. *História Geral da Medicina*. São Paulo: Hucitec-Edusp, 1991. [vol. 2].

SCHIEBINGER, L. *?Tiene sexo la mente?* Madrid: Cátedra, 2004.

SCHIEBINGER, L. _____. *O feminismo mudou a ciência?* Bauru: EDUSC, 2001.

SEDEÑO, C.P. Ciencia y valores de gênero. In.: RUIZ, V.F. (org.) *Las mujeres ante la ciencia del siglo XXI*. Madrid: Complutense, 2001.

HAHNER, J. E. *Emancipação do sexo feminino: A luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940*. Florianópolis: Mulheres, 2003.

CARVALHO, Cristina Leite. *Dentistas práticos no Brasil: história de exclusão e resistência na profissionalização da odontologia brasileira*. (Tese de Doutorado). Rio de Janeiro: FIOCRUZ, 2003.



CAMPOS, M.A.P. *Perfil do Ensino Farmacêutico no Brasil*. Rio de Janeiro: Diretoria do Ensino Superior/MEC, 1966.

VALLEJOS, A. et. all. Lineamentos Epistemológicos. In: YANNOULAS, S.C. (org.). *A convidada de pedra: mulheres e políticas públicas de renda*. Brasília: FLASCO; Abaré, 2003.

Recebido em julho de 2014
Aprovado em setembro de 2014